Revista Indisciplina em Linguística Aplicada

Volume 6 | Número 1 | Ano 2025
ISSN 2674-9610

Artigos/Articles

"Doutrinação" em "ideologia de gênero" nas escolas: uma cruzada ultraconservadora

« Indoctrination » in "gender ideology" in schools: an ultraconservative crusade

Raquel de Almeida Rodrigues[1]

RESUMO

Neste artigo, derivado do primeiro capítulo da minha tese de doutorado, empreendo um rastreamento de trajetórias textuais e discursivas contendo os termos "doutrinação ideológica", "ideologia de gênero" e "kit gay" com vistas a discutir as implicações do Movimento Escola Sem Partido (MESP) na vida docente e seu legado de tentativas de silenciamento antipedagógico. Apresento aqui uma revisão da literatura que aponta para uma disputa discursiva, via atos de fala, por projetos de educação. De um lado, temos desde a redemocratização, uma luta por uma educação laica, secular e crítica, que busca conscientizar e transformar o mundo por meio da inclusão, do respeito à diferença e da justiça social (e sociolinguística). Do outro lado, entretanto, articula-se um projeto com uma visão de educação neoliberal e ultraconservadora, visando a um maior controle de corpos, que se mostra cruel e excludente com relação a aspectos identitários, especialmente em questões relativas a gênero e sexualidade.

Palavras-Chave: gênero, sexualidade, escola, disputa.

ABSTRACT

In this article, derived from the first chapter of my doctoral thesis, I trace textual and discursive trajectories containing the terms "ideological indoctrination," "gender ideology," and "gay kit" in order to discuss the implications of the Movimento Escola Sem Partido (Nonpartisan School) on teaching and teacher identity as well as its legacy of attempts at what I call 'anti-pedagogical silencing'. In this paper, I offer an analysis of a discursive dispute over education projects of via a literature review. On the one hand, there is a struggle for a secular and critical education that seeks to raise awareness and transform the world through

[1] Departamento de inglês do Colégio Pedro II – CP2. https://orcid.org/0000-0003-0829-9433. Email: raquel.rodrigues.1@cp2.edu.br

inclusion, respect for difference, and social (and sociolinguistic) justice. On the other hand, however, there is a project with a neoliberal and ultra-conservative vision of education aiming at greater control of bodies, which is cruel and exclusionary in relation to aspects of identity, especially in issues related to gender and sexuality.

Keywords: *gender, sexuality, school, dispute.*

1. Problemas de gênero (e sexualidade): A campanha conspiracionista transnacional sobre "ideologia de gênero" nas escolas

O trabalho realizado busca, através de revisão da literatura, difundir a memória de como uma campanha antigênero chegou ao âmbito educacional, campo onde encontrou força política, e seu impacto, influenciando a opinião pública e até mesmo os resultados de eleições presidenciais no Brasil em 2018. Comecemos essa história do combate à suposta doutrinação em "ideologia de gênero", abordando a trajetória textual do termo.

Resgato, aqui, conhecimentos produzidos a respeito de intervenções ultraconservadoras que visam a cercear debates sobre gênero e questionamentos críticos sociais em sala de aula. A política antigênero se apresenta, a seguir, como carro forte do ultraconservadorismo em suas intervenções discursivo-jurídicas na escola. Com o intuito de ilustrar esse processo, empreendo um mapeamento de ações antigênero do Vaticano ao "kit gay". Por fim, trago uma reflexão sobre o silenciamento antipedagógico como efeito desejado (porém contestado) desse projeto ultraconservador.

Para feministas, o termo "ideologia de gênero" já serviu como uma forma de se referir a representações convencionalizadas de papeis sociais de gênero. Hoje em dia, conforme adotado e empregado por políticos de extrema-direita, grupos "pró-vida" e representantes de diferentes igrejas cristãs, o termo serve para antagonizar e demonizar estudos e ativismos feministas e *queer*, como apontado por Rodrigo Borba (2022).

Essa demonização é estendida a movimentos sociais, às esquerdas e docentes que ousam abordar questões de gênero ou sexualidade em sala de aula. A estratégia funciona como uma forma de "privatizar" uma visão de ordem social e fenômenos sociopolíticos. Temas como o papel da mulher na sociedade, aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo se tornam, através desse discurso, assuntos domésticos, circunscritos à esfera privada, à família e à igreja, jamais uma política de estado, muito menos conteúdo temático a ser abordado na educação básica.

Não é uma tarefa simples definir "ideologia de gênero", pois não se trata de um conceito monolítico. O sintagma é tido por especialistas como um significante vazio, segundo Sara Garbagnoli (2016), e flutuante, segundo Sonia

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

Corrêa (2018), para o qual não há sequer significado ou um significado único. Ele está sujeito a muitas variações, de acordo com os discursos e interesses locais de quem o utiliza. Por conta de sua elasticidade e versatilidade, é considerado um campo discursivo de ação por Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), também um espectro, por Richard Miskolci (2018), um recurso retórico por Rogério Junqueira (2019) e um fantasma, por Judith Butler (2019). David Paternotte (2020), por sua vez, considera o termo um Frankenstein, pois assim como o monstro criado pelo cientista do livro de Mary Shelley (1797-1851), se emancipou do criador para ter uma experiência própria.

Borba (2022), contudo, defende que se trata de um registro[2], uma forma de usar certos termos própria de um meio, um grupo de pessoas ou um contexto, arduamente orquestrado por atividades metassemióticas[3]. Esse registro, muito usado por (ultra)conservadores e pessoas de (extrema) direita, mobiliza pavores através do tom apocalíptico de ameaça à família nuclear heterossexual e suas crianças. Essa variedade de concepções ilustra a dificuldade de se definir "ideologia de gênero". O termo passou por alterações ao longo dos anos, incluindo novos sentidos até encontrar uma forma apelativa que surtisse efeito.

As primeiras tentativas de silenciamento do termo "gênero" se deram em conferências internacionais, até chegar ao Brasil pelos debates do Plano Nacional de Educação. Entre feministas, a institucionalização e internacionalização da luta pelo uso do termo em documentos oficiais, assim como algumas conquistas alcançadas em direitos das mulheres têm como um marco as discussões entre estados-membros da ONU pela OMS (Corrêa, 2018) no Rio de Janeiro durante a ECO 92. À época, o termo não foi objeto de controvérsia, sendo registrado pela primeira vez em um documento intergovernamental. A preocupação com a noção feminista de gênero (para além de outros avanços obtidos) passou a ser um dos focos principais do Vaticano apenas em 1999 e 2000 durante a revisão da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), da IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (IV CMM, 1995), e suas Revisões +5 CMM (Corrêa, 2018).

O termo "ideologia de gênero", por sua vez, como expressão mobilizadora de pânicos morais, foi gestado no Vaticano. É necessário, entretanto, elucidar de antemão que o movimento da Igreja não se trata de mera retaliação como reação ao avanço das pautas feministas, mas da construção de uma nova ordem política de deslegitimação de reivindicações por direitos com o apoio de organizações transnacionais poderosas (Corrêa, 2018; Paternotte, 2019; Borba, 2022).

[2] Registros são repertórios linguísticos, corpóreos, imagéticos e outras formas de produzir significado comumente relacionados a estilos adotados em práticas sociais e em gêneros discursivos específicos. Ou seja, uma forma típica de se expressar através de escolhas de palavras, por exemplo, que nos remete a determinados grupos sociais ou tipos de textos.

[3] Atividades em que se pensa nas semioses, isto é, nos signos (linguísticos ou que constroem sentidos) utilizados.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

No Vaticano, uma mudança no discurso, antes mais radical de subordinação da mulher, foi a de adotar a perspectiva da diferença complementar entre os sexos. A partir de então, a Igreja Católica apela para a "antropologia" teológica da complementaridade e do "direito à vida", se apropriando de termos das ciências sociais e dos direitos humanos de forma a criar uma aparência de discursos não apenas científicos, mas também democráticos, quiçá progressistas, nos debates da IV Conferência Mundial das Mulheres (CMM), realizada em Pequim em 1995. Tem início, neste momento, uma estratégia retórica que dá ao discurso antifeminista e antiaborto da Igreja ares de coerência, secularismo e cientificismo (Garbagnoli, 2016; Corrêa, 2018; Borba, 2022). Essa estratégia é embrionária do que viria a afetar a disputa contra o campo progressista na escola.

Com o fracasso da igreja em vetar o uso da palavra "gênero" em acordos internacionais durante os congressos da ONU, uma nova estratégia é adotada resultando na demonização do termo até a campanha alcançar o público-alvo que dizem querer proteger atualmente: as crianças em idade escolar. Michel Schooyans, jesuíta belga que veio ao Brasil em 1958 como padre missionário para combater influências marxistas e protestantes, faz, em seu livro (Schooyans, 1997) uma associação direta entre feminismo e marxismo[4]. O autor chega a afirmar que a "ideologia de gênero" é uma dialética marxista cuja perspectiva de extinção de classes sociais veria como imprescindível a abolição total das diferenças entre homens e mulheres. Segundo Schooyans (1997), a "ideologia de gênero" seria uma ferramenta para a implementação de uma ditadura feminista através de uma plataforma global e autoridade cedida pela ONU.

Essa associação direta entre marxismo e feminismo também é feita pela jornalista católica Dale O'Leary (1997), que foi conselheira de várias autoridades do Vaticano após sua intensa participação nas conferências da ONU nos anos 90. Dessa forma, teorias feministas são deturpadas em uma manobra que se tornou uma marca do registro antigênero (Borba, 2022). Manobras metassemióticas do Vaticano e seus correligionários podem ter funcionado para repaginar seus preceitos sobre o papel da mulher na sociedade. Um efeito desse gesto, que pode ser considerado uma espécie de "reposicionamento de marca[5]", foi o de reforçar a figura da feminista autoritária (em oposição à mulher "comum" – "neutra", "natural" e "apolítica"). Falar de gênero e sexualidade como questões sociais e culturais seria então uma distorção feminista da "realidade". Foi esse nicho semiótico que possibilitou o sucesso da expressão "ideologia de gênero"

[4] Bem diferente da associação proposta pela filósofa feminista Silvia Federici de reivindicar um marxismo que abrace a luta feminista, reconhecendo a exploração do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico (historicamente realizado por mulheres), tão essencial para a manutenção do capitalismo.

[5] Termo de marketing (*rebranding*, em inglês) para ressignificar a imagem de uma empresa ou produto com o objetivo de mudar a percepção do público com relação à marca.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

como “desnaturalização do gênero e ordens sexuais” (Borba, 2022, p. 76, tradução própria).

No texto resultante da conferência Episcopal de Lima de 1998, “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, a transfobia é colocada como uma mera preocupação com a “ideologia de gênero”. Afinal, de acordo com a publicação, “cada um pode “inventar” a si mesmo” (Revoredo, 1998, n.p.). Esse discurso pode ser compreendido como um recurso de defesa de uma agenda ultraconservadora para a educação, que alega que docentes “doutrinam” estudantes em “ideologia de gênero”, supostamente ensinando que eles podem escolher seu gênero. Os pânicos morais mobilizados nessa visão LGBTQIA+fóbica são relativos a mudanças sociais na direção da garantia de direitos sexuais fora da matriz cisheteronormativa e patriarcal na sociedade e na escola.

É em outro documento, entretanto, o “Famiglia, matrimonio de 'unioni di fatto'” que, talvez, tenha ocorrido a primeira ocorrência da fórmula “ideologia de gênero” no âmbito da Cúria Romana (Junqueira, 2018). Nesse texto, o Vaticano estabelece que não aceita a pluralização do termo “família”, como proposto por feministas e ativistas LGBTQIA+ nas conferências da ONU (Vaticano, 2000). Para Butler (2019), essa publicação é um marco na retórica antigênero, pois ilustra como o Vaticano parece buscar recuperar poder sobre domínios perdidos pela crescente secularização do mundo ocidental: família, matrimônio e sexualidade. O documento citado é o primeiro texto da Santa Sé que estabelece explicitamente alvos: teóricas, teóricos e ativistas feministas (supostamente autoritárias), *queer* e trans são produzidas e produzidos como algozes da família, dessa forma legitimando e conferindo autoridade a um conteúdo conspiracionista e hiperbólico (Borba, 2022).

As acusações feitas, muitas vezes, de que docentes estariam manipulando as palavras em artimanhas de engenharia semântica, refletem o que é feito nos documentos publicados pelo Vaticano e ativistas antigênero. Aqueles textos mostram uma experiência em manobras discursivas, como a de converter vocabulário de ativismo por direitos humanos e combate à discriminação inversamente na contestação de direitos humanos e na defesa de formas de discriminação. No “Léxicon de Termos Ambíguos e Discutidos sobre a Vida Familiar e Ética” (Vaticano, 2003), que “pode ser considerado a bíblia antigênero” (Borba, 2022: 62, tradução própria), essa estratégia ainda é aprimorada (Borba, 2022)[6]. Naquele mesmo ano da publicação, um deputado federal do PRONA[7] proferiu um discurso que consta como o primeiro contendo

[6] O documento foi produzido pelo Pontifício Conselho para a Família junto à Congregação para a Doutrina da Fé (cujo prefeito – desde 1981 – era ninguém menos que o então cardeal Ratzinger, também conhecido como Bento XVI, foi papa de 2005 a 2013, quando abdicou do papado marcado por acusações de que o Vaticano havia sido cúmplice de crimes sexuais.
[7] Extinto Partido de Reedificação da Ordem Nacional, extremamente conservador e nacionalista.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

o termo “ideologia de gênero” no Brasil. A partir de então, o sintagma começa a ser usado por aqui como algo relativo a “desvios de conduta sexual”.

Em um documento disponível *online*, publicado no Vaticano em 2019, chamado “Homem e mulher, Ele os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do ‘*gender’* na educação”, a escola é convocada a “realizar subsídios, guias pedagógicos e manuais didáticos construídos com a ‘visão cristã do homem’ *(sic)” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p. 26) sob o argumento de que “muitas legislações reconhecem a autonomia e a liberdade de ensino” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p. 26). O documento defende que um estado democrático não pode apresentar, pela educação, um único modo de pensar, especialmente “numa matéria tão delicada que toca a visão fundamental da natureza humana e do direito natural dos pais de uma livre escolha educativa” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p. 28).

No texto, o argumento sobre o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral em concordância com suas próprias convicções morais é o mesmo utilizado pelo Movimento Escola “sem” Partido (MESP). Criado por Miguel Nagib, que teve profundos vínculos com o *think tank*[8] liberal Instituto Millenium, mas fazia questão de se apresentar como um mero pai preocupado com uma “contaminação político-ideológica” nas escolas, este poderia ser considerado um movimento social, mas com o tempo se mostrou um projeto político. O MESP criou um programa e a ser apresentado nas escolas em forma de proibições a docentes a serem afixadas nas salas de aula e uma década depois foi apresentado em diversos Projetos de Lei.

Em 2020, no entanto, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei da Escola Livre de Alagoas (cópia fiel da proposta de leis do MESP). A decisão, apesar de circunscrita a aquele estado, define a jurisprudência para vetar propostas similares tramitando no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais de todo o Brasil. O ministro Luiz Roberto Barroso, relator do processo, afirmou em seu voto que a norma era tão vaga e genérica que poderia se prestar à finalidade inversa, isto é, a imposição ideológica e a perseguição daqueles que dela divergem[9].

Devido ao fato de a dita “ideologia de gênero” não corresponder a conceitos ou anseios feministas nem *queer*, ativistas, pesquisadoras e pesquisadores, muitas vezes, preferem não se defender da acusação de adotar ou impor tal ideologia, considerando o uso do termo risível e menosprezando o impacto desse discurso gerador de pânico social. Porém, essa negação não é estrategicamente interessante quando estamos sob ataques. Há estratégia, no sentido de uma articulação entre forças ultraconservadoras com interesses

[8] Um *think tank* é em geral um grupo de interesse ou uma instituição que investe na propagação de conhecimento ligado a interesses particulares de tal grupo, visando transformações na sociedade.
[9] Para mais informações consultar artigo disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido?pagina=2.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

comuns, nos ataques que temos sofrido. Tal estratégia está se mostrando eficaz até certo ponto. Pessoas acusadas ou com medo de serem acusadas de fazer "doutrinação ideológica" podem se ver às voltas tentando se defender, desmentir algo enquanto os "defensores da família" e aliados podem seguir atacando docentes impunemente, "basta seguir um roteiro predefinido: manter um ataque alarmista e rotulador do adversário e (...) em nome de algo supostamente auto evidente, incontestável e universal" (Junqueira, 2018), como a família, a inocência das crianças etc.

O que Junqueira (2018) sugere como alternativa ao silêncio ou à negação é denunciar a "ideologia de gênero" como uma fabulação estratégica dentro de um projeto de poder. Dessa forma, deveríamos também agir de forma estratégica, "escancarando seus pressupostos ideológicos, sua elaboração fraudulenta, seu funcionamento retórico e seus fins políticos" (Junqueira, 2018, p. 486). O autor afirma que é importante reconhecer que a "ideologia de gênero" existe, sim, porém enquanto dispositivo retórico e persuasivo capaz de atrair interesses e demandas, incorporando significados e sentidos que proporcionam uma identidade comum às vozes divergentes em torno de uma pauta comum.

A invenção do sintagma "ideologia de gênero" como um dispositivo político-discursivo, por fim, compõe a base do discurso antigênero em um campo discursivo reacionário intervém na arena pública, reposicionando instituições (como a rede básica de ensino federal) e sistemas de crenças impondo "visões de mundo e medidas pautadas em marcos morais, tradicionalistas e intransigentes" (Junqueira, 2018, p. 451). Neste contexto, a escola, geralmente, se torna o centro do debate público, porém o foco não é nos desafios enfrentados, mas nas "tematizações voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica para a vida" (Junqueira, 2018, p. 487). O que é ainda pior, é que em alianças com outros setores conservadores, "esses movimentos antigênero podem engajar-se em uma ofensiva não apenas contrária aos direitos sexuais, mas também aos direitos e às garantias fundamentais" (Junqueira, 2018, p. 488).

Como se trata de uma ofensiva transnacional "heterogênea, multifacetada, contraditória e de certo modo iniludível, socio-historicamente situada" (Junqueira, 2018, p. 488), precisamos estudar como ela produz efeitos ao longo do tempo e do espaço para entender mobilizações que não são invencíveis. Um efeito notável nas escolas é uma tensão sobre o que docentes conseguem ou não dizer em sala de aula a respeito de injustiças, sem que seja considerado proselitismo por mães, pais e responsáveis ultraconservadores sob influência de discursos antigênero.

Na próxima subseção, abordo efeitos da cruzada antigênero na educação, que contou com a produção de discursos alarmistas em torno do programa Escola sem Homofobia, como a criação do mito do "kit gay" e da "doutrinação ideológica" em torno de gênero e sexualidade. Para entendermos o que está em

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

disputa e quem encampa a batalha em questão contra o ensino crítico, é necessário historicizar a trajetória dessa cruzada e como ela chega ao Brasil e à escola.

2. Chegada ao Brasil: "kit gay", Escola "sem" Partido e "doutrinação"

Na América Latina, as campanhas antigênero estão assentadas sobre redes mais antigas de oposição ao direito ao aborto e giram "em torno de um núcleo central que é tanto católico como evangélico fundamentalista" (Corrêa, 2021, n.p.). Comparada por Sonia Corrêa (2021) a uma hidra de muitas cabeças, tais redes "envolvem uma gama muito heterogênea de atores seculares (ou aparentemente seculares)" (Corrêa, 2021, n.p.) a que me refiro como "agentes morais". Alguns são grupos antigênero, como organizações religiosas ultraconservadoras. Esses grupos mobilizam paixões em suas campanhas apelando para públicos mais moderados, inclusive não religiosos, e operando transnacionalmente com o discurso de "proteção da infância".

Boa parte da literatura de ativistas ultraconservadores cristãos sobre "ideologia de gênero" produzida no exterior é traduzida e publicada no Brasil a partir de 2008 com o livro da jornalista líder da coalizão das Mulheres pela Família[10], Dale O'Leary (1997). Mas é partir da publicação do Documento de Aparecida[11], em 2007, que podemos reconhecer a disseminação do termo entre os bispos católicos latino-americanos com a intensa circulação de publicações leigas sobre o assunto, como a do ativista católico argentino Jorge Scala em 2010, ano de aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Argentina (Miskolci; Campana, 2017).

Segundo Miskolci e Campana (2017), esse foi o ponto de inflexão (tanto na Argentina, quanto no Brasil, onde a união estável igualitária foi aprovada em 2011) para que a "ideologia de gênero" passasse a delimitar uma "gramática política" contra os direitos sexuais e reprodutivos. Há três elementos no mapeamento parcial realizado por Miskolci e Campana (2017) sobre questões de gênero e sexualidade que tiveram destaque na América Latina. Segundo os autores, todas essas questões "1. ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais (Miskolci; Campana, 2017, p. 734).

Em 2014, quando os meios de comunicação em massa captaram a questão, "o discurso já estava amplamente disseminado e sua incidência no campo da educação já havia produzido efeitos normativos" (Corrêa; Kalil, 2020, p. 62, tradução própria). Nessa cruzada, organizações evangélicas uniram forças

[10] Organização de direita católica norte-americana, que na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague realizada em 1995, atacou duramente o uso do termo "gênero" em um panfleto distribuído aos delegados (especialmente do Sul global).

[11] O texto é resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que contou com a participação do Papa Bento XVI.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

e tiveram grande impacto, recebendo apoio de outros grupos, como o Escola "sem" Partido.

Com toda informação e conhecimento construído e divulgado sobre a emergência desse registro que vem sendo chamado de "ideologia de gênero", percebe-se que ele exerce um papel crucial em conflitos na América Latina. No Brasil, especialmente, esse papel se dá por meio do controle e do cerceamento de orientações para a educação básica nacional que reconheçam e promovam o respeito a diferenças.

Esse combate, como vimos, se dá na linguagem por meio de um manejo das palavras e de artifícios metapragmáticos[12], como nos textos produzidos e divulgados pelo Vaticano, especialmente o Lexicon, mas também como nos Projetos de Lei do Escola *sem* Partido – projetos, em sua maioria, apresentados por parlamentares ligados à bancada evangélica com base na fórmula disponibilizada no texto do primeiro, o PL nº 2.974/2014, encomendado a Nagib por Flávio Bolsonaro. Apesar de inconstitucionais, tais PLs mobilizaram uma parcela da população ao abraçarem a pauta antigênero na alteração de sua redação ao longo dos anos[13]. Tendo como uma consequência concreta, a interrupção da produção do material didático do programa "Escola sem homofobia", do qual falarei mais adiante, durante a presidência de Dilma Roussef. Isso se deu pela aliança entre Damares Alves, à época assessora da Frente Parlamentar Evangélica muito ativa em debates anti-aborto (que viria a ser a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos) com o então deputado Jair Bolsonaro (que a nomearia ministra ao assumir a presidência). Juntos, empenhados na obstrução do programa federal em desenvolvimento, geraram a alcunha "kit gay" para designar o material, criando notícias falsas e as veiculando até mesmo na maior rede nacional de notícia em horário nobre durante a campanha eleitoral para presidência em 2018.

O Escola *sem* Partido e seu discurso de "doutrinação" de estudantes tidos como público cativo e indefeso de professores supostamente propagadores de ideologias subversivas (como o feminismo, o marxismo e a "ideologia de gênero") tiveram como efeito metapragmático demonizar docentes que abordassem questões de gênero, sexualidade, classe e raça promovendo uma caça às bruxas digna de distopias ditatoriais do passado e da literatura distópica. Por exemplo, Ana Caroline Campagnolo (atualmente filiada ao Partido Liberal) quando era deputada estadual de Santa Catarina, criou um canal para o envio de vídeos que estudantes gravassem de suas aulas e denunciassem

[12]A metapragmática envolve processos pelos quais as condições que fazem com que possamos nos comunicar em determinados contextos se tornam, elas mesmas, objetos de nossa fala. Ou seja, como nós mesmos entendemos e falamos sobre (meta-) as formas que usamos a linguagem e seus efeitos (pragmática). Disponível em: https://contxt.letras.ufrj.br/glossary/metapragmatica/ Acesso em: 19 set 2025.

[13] Em 2014, primeiro projeto mencionava apenas a questão da moralidade e falava-se de doutrinação política e ideológica, o anteprojeto apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2015 (PL 1301/2015 SP) trazia em seu artigo 2º que "O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero".

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

"professores doutrinadores". Tal iniciativa se tornou uma política do governo federal através do “Disque 100” e da ouvidoria Integrada do Poder Executivo Federal na internet em 2019 pelas mãos da implacável ativista fundamentalista Damares Alves.

Dessa forma, inverte-se performativamente um discurso ultraconservador de exclusão e apagamento de pensamentos críticos decoloniais, da perspectiva de mulheres, pessoas negras, pessoas trans e não binárias, que passa a ser propagado como um discurso moralmente superior, democrático (na inclusão de fundamentalismos cristãos nocivos àquelas pessoas e ao progresso em curso na sociedade) em defesa da família e seus valores, enquanto vilaniza o discurso progressista de pedagogias engajadas com a prática plena da cidadania, da luta por direitos, denunciado como autoritário e manipulador.

No Brasil, desde os anos 90, os debates curriculares avançavam em relação ao combate a injustiças nos documentos oficiais. À época, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em seu volume que apresentava temas transversais para as últimas séries do Ensino Fundamental, colocavam como um de seus objetivos que estudantes fossem capazes de “valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro”, assim como de outros povos, “posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (Brasil, 1998, n.p.).

Um dos seis temas transversais propostos pelos PCNs era “orientação sexual”, que voltou a constar no que veio a ser chamado de “Temas Contemporâneos Transversais” a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, sendo assegurados na concepção dos novos currículos (Brasil, 2019). Na apresentação do volume original dos PCNs sobre o tema, o objetivo descrito é “promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola **no trato de questões da sexualidade”** (Brasil, 1998, n.p., grifo próprio).

Na apresentação da justificativa no documento, um trecho afirma algo que docentes sabem por experiência que “[a] sexualidade (...) “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles” (Brasil, 1997, p. 292). O documento enfatiza que “Todas essas questões são expressas pelos alunos na escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. Queira ou não, a escola intervém de várias formas (...)” (Brasil, 1997, p. 292). A sexualidade se manifesta em todas as faixas etárias e a resposta de profissionais da escola de ignorar ou reprimir baseando-se na crença de que seria um assunto meramente familiar pode ser prejudicial à formação dessas pessoas, inclusive com relação à prevenção de abuso sexual. A família já realiza

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

a educação sexual de suas crianças quando manifesta suas crenças através de simples gestos, expressões usadas no dia a dia, nas regras e "cuidados" recomendados (Brasil, 1997) — tudo isso envolve a promoção de valores sobre sexualidade, que crianças e adolescentes aprendem em casa. O documento coloca em xeque a alegação de que escolas estão usurpando o direito dos pais sobre a educação moral e religiosa e evidencia a importância do debate na escola.

Durante os governos Lula (entre 2003 e 2010), iniciativas educacionais de respeito a diferenças avançaram, especialmente em questões de relações étnico-raciais, com a lei 10.639/2003[14] (Brasil, 2003). Durante o XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBLGT) realizado em 2003, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros (ABGLT) foi enfática ao afirmar que eram necessárias políticas públicas efetivas (VIANNA, 2015; CORRÊA; KALIL, 2020). Nos anos seguintes, Tarso Genro, enquanto ministro da educação, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), pela qual buscou implementar bases para políticas educacionais de combate à homofobia e a promoção da igualdade de gênero (Deslandes, 2016). Nesse contexto, a deputada Iara Bernardi (PT - SP) propôs, na câmara dos deputados, o Projeto de Lei 122/2006, que criminaliza a homofobia (Miskolci; Campana, 2017). Foi lançado também o programa Brasil Sem Homofobia e outros voltados para o debate sobre direitos humanos, gênero e sexualidade na escola, provocando intensas e extensas discussões sobre políticas educacionais.

O projeto Brasil sem Homofobia era o apelido do Programa de combate à Violência e à discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Tal projeto foi apresentado em 2004, com o objetivo de propor e executar políticas públicas contra a homofobia de forma transversal aos Ministérios e secretarias do governo federal. O programa promoveu uma parceria entre sociedade civil, universidades e governo federal. Um dos pontos positivos foi propor a descentralização das ações contra a homofobia, passando a ser pauta de políticas públicas em diversos ministérios, entre eles o Ministério da Educação. A elaboração do Brasil sem Homofobia contou com aliados, mas também com adversários, dentre os quais se encontravam grupos católicos e evangélicos organizados ligados à gestão públicas.

Apesar dos conflitos envolvidos na elaboração do projeto, o documento explicitava que o programa tinha como objetivos centrais "a mudança de mentalidades e comportamentos por meio da educação" (Vianna, 2015, p. 800).

[14]A Lei nº 10.639/2003 acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro (MACHADO, 2007). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/9403-sp-482745990. Acesso em: 11 set. 2025.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

O SECAD se responsabilizou por implantar tais políticas de inclusão, “articulando diversidade sexual e relações de gênero no âmbito da educação escolar, com o intuito de garantir respeito, cidadania plena e de afastar a homofobia” (Vianna, 2015, p. 800). Foi criado então, em 2005, um edital pelo Ministério da Educação (MEC/SECAD) para a formação continuada docente na temática de gênero, sexualidade e homofobia. O movimento LGBTQIA+ teve papel crucial no processo, colocando em pauta questões invisibilizadas e temas silenciados no ambiente escolar. Do Brasil sem Homofobia nasce o Projeto Escola sem Homofobia e no item destinado ao apoio para a produção de materiais educativos começa a ser desenvolvido o Kit Escola sem Homofobia, que viria a ser referido em campanhas conspiratórias antigênero na escola como o “kit gay”.

Um ano depois de tais iniciativas do MEC junto à SECAD entra em vigor a Lei Maria da Penha (Lei 11340/06). A lei enfatiza a importância de questões de gênero serem abordadas na escola e adota algumas medidas integradas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal marco legal dá forte respaldo a práticas pedagógicas ameaçadas pelos discursos ultraconservadores, pois realça o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os “conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006, Capítulo I, Art.8º inciso IX).

Segundo Maria das Dores Campos Machado (2017), é com o III Plano Nacional dos Direitos Humanos, no fim de 2009, que a disputa entre progressistas no governo e conservadores na oposição se intensifica. O lançamento foi um marco que daria início a uma crescente importância das temáticas de aborto e sexualidade nas eleições seguintes para a presidência, assim como um maior interesse de legisladores cristãos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias posteriormente durante o governo Dilma Rousseff (Machado, 2017).

Em 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi levado ao congresso para debate público, o que gerou anos de embates. É nessa época que Damares envia e-mails a Jair Bolsonaro alertando o então deputado sobre as duas assembleias realizadas na câmara em 2010 em torno do programa Escola sem Homofobia e do material em elaboração para as escolas. Bolsonaro encampa a pauta evangélica e a devolve para a FPE após ser chamado de homofóbico pela imprensa. Após toda a publicidade, no entanto, a agenda ganha impulso de eleitores (possivelmente lideranças conservadoras e pastores) em contato com deputados da bancada evangélica (Vital; Lopes, 2013). Esses posicionamentos, amplificados pela voz de Bolsonaro no congresso, se articulam por um “primado conservador” que é “contrário a alterações nas configurações tradicionais das relações entre gêneros e da família, como também do abandono da heteronormatividade como elemento estruturador da sociedade” (Vital; Lopes, 2013, p. 119).

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

O então presidente da FPE, João Campos (PSDB-GO), manifesta a primeira reação pública sobre (e contra) o material do Escola sem Homofobia em pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 28 de março de 2011. Essa agenda é retomada apenas em maio do mesmo ano, em função da aprovação da ADPF 132 no Supremo Tribunal Federal (STF), reconhecendo a união homoafetiva como entidade familiar para todos os efeitos legais, equiparando-a à união estável entre um homem e uma mulher. Tal julgamento e a decisão do STF são evocados em diversos discursos proferidos pelos atores que se opunham ao programa do governo para a educação. É nesse cenário e contexto que Bolsonaro (ainda como deputado) começa a distribuir um panfleto dizendo "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!" (Vital; Lopes, 2013, p. 123). Exatamente naquele maio de 2011 houve a segunda maior busca no *Google* pelo termo "kit gay", que teve seu ápice apenas muito tempo depois, em outubro de 2018[15], assim como o termo "ideologia de gênero" (Corrêa; Kalil, 2020). Não por acaso, às vésperas das eleições que levaram Jair Bolsonaro à presidência.

No mesmo ano, o material desenvolvido para o projeto Escola sem Homofobia é vetado por Dilma Rousseff antes de chegar às escolas e a presidenta faz um pronunciamento sobre a decisão, no qual dá munição a empreendedores morais ao afirmar que não será permitido a órgãos governamentais fazer propaganda de "opções sexuais" (sic) e que discorda do "kit" [*sic*][16]. Mais tarde, o mito do "kit gay" se tornaria um dos pilares da campanha presidencial de Bolsonaro, acusando o candidato do PT, Fernando Haddad, de ter distribuído material de cunho sexual na educação infantil enquanto esteve à frente do Ministério da Educação.

O que está posto não se resume a "um embate entre valores religiosos e seculares, embora possa parecer. O que se apresenta como central são as tensões em busca da definição de uma política sexual no Brasil" (Vital; Lopes, 2013, p. 119). A reconstituição da sucessão de eventos narrados é de suma importância, pois nos mostra como é utilizada a mesma estratégia do discurso antigênero. Em uma virada metapragmática, o combate à homofobia nas escolas é transformado discursivamente em apologia ao "homossexualismo" e à "pedofilia" por agentes morais[17]. Em janeiro de 2016, o então deputado Jair

[15]Essa descoberta foi feita em uma busca usando a ferramenta *Google Trends* para esta pesquisa e o resultado está disponível em: https://trends.google.com/trends/explore?date=all&geo=BR&q=kit%20gay.

[16] "O governo defende a educação e também a luta contra as práticas homofóbicas. No entanto, o governo não, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem, de nenhuma forma, podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode, sim, fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você. Eu não concordo com o kit porque eu não acho que faça a defesa de práticas não homofóbicas." Disponível em: https://youtu.be/_oL3Jc1QBZA. Acesso em: 23 jan. 2022.

[17] A forma atual das campanhas antigênero na educação é um desdobramento e repaginação da campanha antifeminista do Vaticano articulada em meados dos anos 90 no âmbito dos debates na ONU. Sonia Corrêa conta que "[s]empre que o termo surgia no debate, questões eram levantadas quanto ao seu significado e as delegações mais diversas pediam sua eliminação dizendo que ele remetia a

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

Bolsonaro criou polêmica fazendo vídeos com o livro “Aparelho Sexual e Cia - Um guia inusitado para crianças descoladas”, afirmando que a obra estimulava as crianças a se interessarem por sexo precocemente e dizendo que era “uma porta aberta para a pedofilia". Dizia ainda “É o livro do PT, livro do Lula e da Dilma Rousseff” e que “É uma grana para os companheiros e fica pervertendo seu filho na sala de aula” (Moura & Salles, 2018). O livro, jamais comprado pelo MEC ou distribuído em escolas públicas, foi mostrado ainda no Jornal Nacional pelo então candidato à presidência ao ser entrevistado. O candidato afirmou ao vivo aquele era parte do “kit gay” distribuído em escolas Brasil afora.

Miskolci e Campana (2017) chamam atenção também para o fato de que esse embate contra o que é classificado de “ideologia de gênero” é associado não apenas a governos de esquerda, mas, principalmente, a governos de esquerda liderados por mulheres. Mesmo que esses governos não tenham conseguido a aprovação do aborto nem eliminado desigualdade entre homens e mulheres, foi durante seus mandatos que foi legalizado o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo em diferentes países da América Latina. Os autores chegam ao entendimento de que a disseminação do fantasma da “ideologia de gênero”, que supostamente traria malefícios decorrentes da igualdade de gênero e plena cidadania de pessoas LGBTQIA+, beneficia grupos de interesses ultraconservadores. Afinal, tais agentes morais procuram afastar os movimentos feministas e LGBTQIA+ de participação em decisões sobre políticas públicas e tomar controle sobre tais decisões. Esses grupos, dentro do campo discursivo de ação relatado,

> buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional (Miskolci & Campana, 2017, p. 743).

O debate sobre o PNE 2010-2020 foi um marco histórico em que as forças integristas católicas e evangélicas confluíram com grupos seculares de difusão de ultraliberalismo ultraconservador e então se “germinou o consenso ‘ecumênico’ que caracteriza as atuais ofensivas antigênero no Brasil” (Corrêa & Kalil, 2020, p. 71, tradução própria). Segundo Corrêa e Kalil (2020), o próprio criador do MESP assume que a iniciativa se fortaleceu apenas quando se articulou à ofensiva antigênero. Mais tarde, entre 2013 e 2015, ou seja, entre as jornadas de junho de 2013[18] e as marchas pela queda de Dilma Roussef,

homossexualidade, pedofilia e outras ‘perversões sexuais” (Corrêa, 2018a, n.p.). Da mesma forma, entre 22017 e 2018, a mostra “Queermuseu - cartografias da diferença na arte brasileira” tornou-se alvo das atenções da opinião pública devido à forte reação gerada pelas obras com temas como representação LGBT por grupos conservadores, como Movimento Brasil Livre (MBL) que acusou a coleção "Criança Viada", da artista Bia Leite de promover apologia à pedofilia.

[18] Uma onda de protestos se iniciou com reivindicações do Movimento Passe Livre, catalisador das manifestações, primeiramente contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo, se espalhando por outras. Após

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

concretizada em 2016[19], com auxílio das direitas em ebulição, “há um momento de confluência e sinergia entre o campo católico e evangélico em torno do assunto, que coincide com a ação conjunta de ambos os campos no debate sobre o PNE 2010-2020” (Corrêa; Kalil, 2020: 60, tradução própria). As ofensivas antigênero atacaram diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidade na educação básica e superior em quase todos os países da América Latina (e na Europa também). Essa incisão no sistema educacional é previsível, pois é vital para o projeto de restauração de ordens sociais hierárquicas (Corrêa; Kalil, 2020).

Quando o PNE 2010-2020 começou a ser atacado (sendo incluídas nos ataques a política educacional, as escolas e universidades), narrativas sobre “ideologia de gênero” começaram a ser intensamente propagadas. Isto se deu após trinta anos de termos, no país, a educação no centro de constantes debates democráticos sobre política pública e promoção de igualdade e respeito à pluralidade (Corrêa & Kalil, 2020).

A retirada de menção a gênero e sexualidade no texto do PNE se deu em duas partes da redação optando por escolha lexicais que não especificavam as desigualdades ou discriminações a serem combatidas na educação. As alterações exigidas foram influenciadas por *lobby* liderado pelos deputados pastores Marco Feliciano (PSC-SP), Marcos Rogério (PDT-RO) e Pastor Eurico (PSB-PE), assim como por deputados da ala católica radical, seguindo uma orientação da Conferência Nacional de Bispos do Brasi (Moura & Salles, 2018). O PNE recebeu mais de 3 mil emendas. Quando o Ministério da Educação, entretanto, orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação com base no texto final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014 ao invés do PNE, houve forte reação de deputados ligados às igrejas evangélicas e à renovação carismática católica. Tais agentes morais apresentaram uma série de projetos de lei. No passado era possível observar a intervenção católica na educação, porém nesse período foi forjada uma união de forças católicas e evangélicas.

As discussões sobre a BNCC não diferiram muito daquelas em torno do PNE. Em 2017, no momento da divulgação da versão final da BNCC, um grupo autoidentificado como "professores contra a ideologia de gênero” divulgou uma “Carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional”, através da qual solicitava aos membros da bancada da Bíblia no Congresso que interrompessem imediatamente o trâmite do documento até que

repressões da Polícia Militar, sucessivas manifestações ocorreram envolvendo os mais variados perfis e pautas até tomar os ares de uma insatisfação geral em um movimento pelo impeachment de Dilma Roussef. As descrições e interpretações publicadas a respeito mostram diferentes perspectivas. Para entender pela análise de alguns pensadores, consultar MARICATO, Ermínia... [et al.] «Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil». São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. 112 pp. ISBN: 9788575593417

[19] Ver de Oliveira, D. F. (2023). *A queda de Dilma Rousseff: Jornal Nacional e o golpe de 2016*. Mórula Editorial.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

as referências à suposta "ideologia de gênero" fossem removidas. Esse grupo já atuava desde o início da elaboração da primeira versão na produção de documentos contra as propostas de base, assim como na realização de audiências públicas paralelas[20] às do MEC que propunham uma versão alternativa do documento. Apesar da exclusão de referências a gênero e sexualidade no PNE, o grupo não se deu por satisfeito, defendendo que havia engrenagens políticas aparelhadas em prol de uma revolução social e cultural. Na carta afirmavam que a educação era a parte mais estratégica de tal revolução "invisível" e que era necessário união para que pudesse haver uma "força tarefa" para "barrar" a "ideologia de gênero".

O conceito é definido no documento como um "projeto de reengenharia cultural e social operado nas mentes de crianças e jovens com o motivo inconfesso (publicamente) de modelar a seu modo a sociedade do futuro" (Moura & Salles, 2018, p.152). Na carta, alegam que duas gerações já foram contaminadas por tal projeto e apelam a parlamentares das frentes católica e evangélica para pressionarem o ministro da educação e o presidente da república na "defesa da integridade física, emocional e intelectual das crianças e adolescentes brasileiros" (Moura & Salles, 2018, p.152).

Esse embate pelo avanço ou contestação de práticas pedagógicas/curriculares críticas e includentes se explica pelo fato de que educação básica é vislumbrada como terreno frutífero para um futuro melhor, tanto por quem preza pelo respeito às diferenças, quanto por aqueles que têm outros planos para as próximas gerações. Afinal, através da educação básica é formada a futura geração de toda a nação. "Os agentes/empreendedores morais contra o que chamam de "ideologia de gênero" parecem partilhar com seus inimigos, defensores dos direitos humanos, a crença na educação como meio de formação política" (Miskolci & Campana, 2017, p. 738/739).

É, no mínimo, uma grande ironia o Movimento Escola "sem" Partido condenar a pedagogia crítica alegando que é uma forma de doutrinação com uma agenda partidária socialista de pensamento único e contar com partidos cristãos e/ou ultraconservadores para avançar suas pautas para a educação no congresso. Esses empreendedores morais atuam de forma político-partidária avançando projetos de lei e têm participação ativa decisória nos debates em torno de políticas públicas educacionais contando com lobismo[21] e *advocacy*[22].

A aliança entre o Escola "sem" Partido e agentes antigênero tem como alguns de seus efeitos, no cotidiano escolar, o assédio moral e a intimidação.

[20] Trata-se de uma estratégia para angariar apoio conhecida como *advocacy*, isto é, prática de grupos ou organizações que atuam no interior do sistema político com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas de acordo com seus interesses ou das entidades representadas por eles (MOURA; SALLES, 2018).

[21] Também chamado de lóbi, aportuguesando o termo em inglês, refere-se à influência, ostensiva ou velada, de um grupo organizado com a finalidade de interferir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de causas ou objetivos defendidos pelo mesmo grupo.

[22] Prática política realizada por um indivíduo, organização ou grupo de pressão nas instituições do sistema político com o objetivo de influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

Investidas como os PLs constituem uma forma de neutralizar uma proliferação de iniciativas educacionais no campo do gênero e da sexualidade. E quanto mais os PLs transitam entre "canais democráticos", mesmo sendo improcedentes ou que não resultem oficialmente em nada mais eles ganham legitimidade no senso-comum e incentivam novas ações similares, como pudemos ver posteriormente com a questão da linguagem neutra na escola.

3. Silenciamento antipedagógico e combate

As trajetórias das fórmulas "ideologia de gênero", "doutrinação ideológica" e "kit gay" trazidas neste artigo evidenciam que o âmbito educacional tem destaque nas campanhas antigênero. Do uso desses termos decorre a demonização de docentes e a tentativa de um certo tipo de censura tácita com relação a temas relativos a gênero e sexualidade (mas também outros atravessamentos identitários, como raça e classe social) na escola. Os ataques à pedagogia crítica e *queer* também são uma marca da cruzada ultraconservadora que demonizam políticas públicas e práticas docentes com vistas a uma educação emancipadora, inclusiva e não discriminatória.

Fernando Penna (2015) destaca dois procedimentos discursivos usados em ataques a docentes: 1) aplicação de termos sem definição precisa, como "doutrinação ideológica", "ideologia de gênero" e "marxismo cultural", com vistas a desqualificar determinadas práticas a partir de deturpações; e 2) desqualificação de docentes (especialmente aquelas e aqueles que se opõem ao Escola "sem" Partido), da escola e de algumas referências teóricas usadas na educação. Penna (2015) afirma, no entanto, que discutir gênero em sala de aula é problematizar violência doméstica, mostrar a representação de famílias de diferentes configurações, permitir que pessoas se sintam representadas ao invés de silenciadas no conhecimento coconstruído na educação básica, por exemplo.

Judith Butler (2019), considerada por grupos antigênero a principal "ideóloga de gênero", afirma que o que é reivindicado no campo de estudos de gênero é apenas a igualdade de gênero e liberdade sexual. Destaca também que "teóricos de gênero que reivindicam a igualdade de gênero e a liberdade sexual não estão comprometidos com um ponto de vista hipervoluntarista de 'construção social' que tenha como modelo o poder divino" (Butler, 2019, n.p.). Ao contrário dos agentes morais antigênero, não buscamos com enfoque de gênero, impor nossas visões de mundo. O que a ideia de gênero pode promover é "uma forma de liberdade política que poderia levar as pessoas a viver sem discriminação ou medo daquilo que é "dado" ou daquilo que é "escolhido" como seu gênero" (Butler, 2019, n.p.).

A autora acentua que aquilo que forças conservadoras católicas e muitas lideranças evangélicas desejam, por sua vez, leva a consequências tenebrosas, como a privação de direitos humanos e liberdades políticas. O que Butler

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

considera a pior consequência do projeto cristão conservador para a educação consiste no que conceituo como silenciamento antipedagógico, isto é, práticas que envolvem (tentativas de) constranger, deslegitimar e até criminalizar abordagens sobre gênero e diferença na escola. Butler (2019) reitera como o ataque a docentes sob o argumento de "doutrinação ideológica" de um "pensamento único" é injusto por promover precisamente o contrário, o ensino da igualdade de gênero e da diversidade sexual "põe em questão o dogma repressivo que manteve à sombra e sem reconhecimento tantas vidas engendradas e sexuais, privadas de uma perspectiva de futuro" (Butler, 2019, n.p.). Afinal, assim como toda pessoa, quem "vive fora da norma merece estar neste mundo sem medo; merece amar e existir, merece buscar a criação de um mundo menos desigual e livre de violência" (Butler, 2019, n.p.).

O silenciamento antipedagógico é a mordaça invisível que o ultraconservadorismo tenta impor à prática docente freiriana ou a qualquer tipo de pedagogia crítica, embora negue a censura sob um escudo da "defesa da família". Trata-se de uma censura indireta (por vezes autoimposta) pela pressão exercida, porém negada, por agentes morais. Como não fica definido explicitamente o que é ou não considerado "doutrinação ideológica", muito menos "ideologia de gênero", qualquer prática pedagógica que aborde certos temas pode estar sob escrutínio de estudantes e responsáveis contaminados pela ideia de denunciar docentes "esquerdistas". É um efeito e estratégia de ameaça velada a docentes através do medo.

O conceito de silenciamento antipedagógico é concebido aqui, então, tanto como um efeito (desejável por empreendedores morais) de um projeto político de desdemocratização na educação, impulsionado pela cruzada antigênero, como uma estratégia para excluir o conhecimento secular sobre "gênero" e outros temas da sala de aula e da escola. O silenciamento antipedagógico opera pela imposição de obstáculos à co-construção desse tipo de conhecimento pelas novas gerações. O silenciamento antipedagógico é, em outras palavras, uma forma de censura de "negação plausível"[23].

Percebo no discurso de senso comum no cotidiano a conversão de muitas pessoas não fundamentalistas a visões de mundo ultraconservadoras ou mesmo retrógradas, especialmente com relação à escola e à educação quando se fala em "ideologia de gênero". A título de exemplo: um conterrâneo, que estudou na mesma escola progressista que eu, me perguntou se seria mesmo papel de docentes abordar sexualidade na escola e se temos formação adequada para

[23] O termo foi cunhado nos anos 70 quando a Comissão Church (uma comissão de inquérito criada no Senado dos Estados Unidos liderada por Frank Church) estava investigando agências de inteligência estadunidenses e descobriu que a CIA havia planejado e tentado assassinar Fidel Castro. O comitê acreditava que o presidente John Kennedy apoiava a ação, porém JFK conseguiu negar de forma plausível que soubesse dos planos da CIA. Na política moderna, o termo é muito usado em discussões de campanhas políticas como um dispositivo que permite a candidatos resguardar sua reputação apesar de táticas inescrupulosas em suas campanhas. Disponível em: https://politicaldictionary.com/words/plausible-deniability/. Hodges (2017) afirma que neste jogo de palavras do discurso político a ambiguidade nas escolhas linguísticas é central para negar o que foi dito ou feito. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/AN.335.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

tal ou se não era assunto para ser tratado no âmbito privado da família. Realmente, precisamos de uma formação docente que nos prepare melhor para estes debates cotidianos com embasamento e aos poucos caminhamos para isso, apesar de haver obstáculos tentando impedir essa “impureza” nos estudos acadêmicos. Inclusive, o Programa Escola sem Homofobia previa a capacitação de docentes desde sua concepção. Impedir a educação básica de abordar o tema dificulta, por exemplo, a descoberta de casos de incesto, algo que pode acarretar em denúncia de familiares pelas crianças, como já foi reportado por escolas e pela mídia. Outro ponto é que a LGBTQIA+fobia é um fator de exclusão e violência sofrida tanto no âmbito da família quanto na vida escolar de crianças e jovens que pode ser combatido pela educação. A escola é o lugar da educação por excelência, onde há profissionais especializados para a formação crítica e cidadã. E devemos lutar pela manutenção da qualificação e valorização de profissionais da educação.

A escola tem o dever de promover o respeito a todas as pessoas e estudantes têm esses direitos previstos em leis. Existe, de forma geral, uma base legal formativa que protege e orienta o debate sobre gênero, sexualidade e etnia na escola. A Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013) defendem uma educação democrática e inclusiva como dever do Estado e da família, entendendo-a como direito de crianças e adolescentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 destacam explicitamente, para o ensino fundamental, a importância de abordar “saúde, sexualidade e gênero” (Brasil, 2013, p. 115) e enfatizam a promoção do direito à diferença pela afirmação dos direitos “das crianças, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência (...) que (...) necessitam ser socialmente reconhecidos” (Brasil, 2013, p. 105). O documento afirma a necessidade de atenção a essas diferenças para que não sejam construídos “mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos (Brasil, 2013, 105).

Com relação ao ensino médio, a BNCC estabelece que os currículos considerem atividades visando à “promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva” (Brasil, 2018, art. 27 § XIX). Também é enfática ao especificar a promoção dos direitos humanos “mediante a discussão de temas relativos à raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual (...) para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas” (Brasil, 2018, art. 27 § XV).

Temos, na literatura, compilações para auxiliar e informar docentes que venham a ter a necessidade de responder a assédios ou questionamentos sobre seus direitos de abordar raça, gênero e sexualidade na escola. São alguns deles: o relatório da Human Rights Watch: “Tenho medo, esse era o objetivo deles:

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil." (HRW, 2022); o "Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas" (Andes *et al.* 2018); e "Pode Falar sobre Gênero na Escola?" (Bortolini, 2020).

A lei Maria da Penha (Brasil, 2006), citada anteriormente, que desde abril de 2022, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça, é aplicável a mulheres trans no país[24] (pois no artigo 5º, ao definir seu âmbito de incidência, refere-se à violência "baseada no gênero", e não no sexo biológico) dispõe de medidas integradas de prevenção na área de educação. Na seção de fundamentos pedagógicos da BNCC (2018) é previsto que a escola deve "se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades "(Brasil, 2018, p. 14,).

A escola ainda é extremamente machista, racista, classista e LGBTQIA+fóbica, conforme ressaltado no livro "Ouvi na escola: Relatos sobre gênero e diversidade no Colégio Pedro II" organizado por Cristiane Cerdera e Bruno Reis (2017). Sauntson e Borba (2021) afirmam que enquanto a norma heterossexual permeia o ambiente escolar de várias formas altamente visíveis, as identidades LGBTQIA+ são invisibilizadas. A diversidade sexual, muitas vezes, se torna visível no cotidiano escolar apenas na forma de abuso verbal, em atitudes, discursos excludentes e microagressões com base em sexualidade. Os autores afirmam que o silêncio, como estratégia para conter avanços em equidade de gênero e diversidade sexual, pode ser estrondosamente imposto (Sauntson & Borba, 2021).

Há, portanto, nitidamente, uma disputa em curso por projetos de educação. Um desses projetos de educação prescreve um ensino tecnocrata e ultraconservador pautado na doutrina cristã em toda a rede básica de educação pública. Essa corrente de pensamento alega que a escola não é responsável pela educação de forma geral, quiçá sobre questões de gênero e sexualidade, o que seria papel exclusivo da família. Nessa visão, a escola deveria se ater a ensinar conteúdos de forma "neutra". Essa ideologia de uma suposta neutralidade, que não existe, talvez possa ser traduzida como um esvaziamento de sentidos na relação de conteúdos curriculares ao mundo social e um silenciamento frente a injustiças pela manutenção do status quo.

Conduzido pelos homens e mulheres "de bem" que, supostamente, obedecem às normas cristãs de gênero e sexualidade, o projeto tecnocrata e ultraconservador para a educação básica é um projeto político antipedagógico, antidemocrático, excludente com a diferença e a divergência e, portanto, cruel. Demonizadas, as pessoas consideradas pecadoras, como feministas, LGBTQIA+, docentes, pessoas de esquerda ou progressistas, ativistas e militantes pelos direitos humanos, na concepção de tal projeto, devem ser

[24]Após recurso do Ministério Público de São Paulo, a 6ª turma do STJ determinou a aplicação das medidas protetivas requeridas por uma transexual, nos termos do artigo 22 da Lei 11.340/2006, após ela sofrer agressões do seu pai na residência da família.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

banidas do convívio na escola e da cidadania de forma geral ou se adequar a crenças de quem gostaria de estar e se manter no poder. Conforme vimos anteriormente, isso mostra a importância da memória na história registrada, publicada, divulgada e ensinada para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça o tipo de terror governamental que tivemos no Brasil no passado distante com a ditadora militar, recente com o MESP e o Bolsonarismo. Esperancemos, a exemplo de Paulo Freire, por um futuro diferente também do presente de violência em escolas perpetradas por homens e meninos brancos contra estudantes e docentes, especialmente mulheres, em campanhas racistas, LGBTQIA+fóbicas, misóginas, elitistas de ódio à diferença e à equidade de gênero, raça, sexualidade e classe.

Referências

BORBA, Rodrigo Enregistering gender ideology. **Journal of Language and sexuality** 11(1): 58-79. 2022.

BORTOLINI, Alexandre. *Pode falar sobre gênero na escola*. In: **Quando LGBTs invadem a escola: educação básica, trabalho e diversidade**. Rio de Janeiro: editora da UNIRIO, 2021. 32 p. Disponível em: https://www.academia.edu/44833443/Pode_Falar_sobre_G%C3%AAnero_na_Escola

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

_____. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 34 p. [882143] CAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. 2019.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. Brasília, 1997.

BUTLER, Judith. Precisamos parar o ataque à "ideologia de gênero". **Sexuality Policy Watch**, 2019. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094. Acesso em: 03 out. 2021.

CERDERA, Cristiane; REIS, Bruno. **Ouvi na Escola**: Relatos sobre Gênero e Diversidade no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro. Edite. 2017.

CORRÊA, Sonia. A política do gênero: um comentário genealógico. C**adernos Pagu**; 53: e185301-16, 2018.

_____. Notas mínimas sobre a "ideologia de gênero" **Revista Cult**, São Paulo, Edição 269. 2021. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/notas-minimas-sobre-a-ideologia-de-genero/. Acesso em: 4 dez. 2022

_____ e KALIL, Isabela. **Políticas antigénero en América Latina:** Brasil – ¿La catástrofe perfecta?. 1. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2020. v. 1. 117p. Disponível em: https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e direitos humanos**: construindo escolas promotoras da igualdade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA "SEM" PARTIDO**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's "gender" as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. **Religion & Gender** 6(2): 187–204, 2016.

HODGES, Adam. **How plausibly deniable is it?** : Trumped Up Words. Anthropology News: American Anthropological Association, 2017. DOI https://doi.org/10.1111/AN.335. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/AN.335>. Acesso em: 29 set. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brasil: Ataques à Educação sobre Gênero e Sexualidade. Comunicado de imprensa, 12 maio 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education? Acesso em: 19 set. 2025

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

MACHADO, Maria das Dores. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 351-380, 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/horizontes/1529. Acesso em: 14 dez. 2022.

MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLAS. Edição atualizada, junho 2022. [Local de publicação desconhecido]: grupo de entidades de educação e direitos humanos. Disponível em: https://manualdedefesadasescolas.org.br/ Acesso em 19 set. 2025.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. 32(3): 725–747, 2017.

_____. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **cadernos pagu**, 2018.

MOURA, Fernanda; SALLES, Diogo da Costa. O Escola "sem" Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, Salvador, v. 9, n. 1, maio-out. 2018, p. 136-160.

O'LEARY, Dale. **The Gender Agenda**: Redefining Equality. Lafayette, LA: Vital Issues, 1997.

PATERNOTTE, David. **Backlash**: a misleading narrative. Sexuality Policy Watch 2020. Disponível em: https://sxpolitics.org/es/backlash-una-narrativa-enganosa/4806 Acesso em: 30 set. 2021.

PENNA, Fernando; SALLES, Diogo da Costa. "A dupla certidão de nascimento do Escola "sem" Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária." In: **Arquivos, documentos e ensino de história**: desafios contemporâneos. Fortaleza: EdUECE 13-37. 2017.

_____. Entrevista com Fernando Penna. In: **Movimento, Revista de Educação**, n.3, Niterói, p. 294-301. 2015.

_____. "O ódio aos professores". In: **AÇÃO EDUCATIVA** (org.) A ideologia do Movimento Escola "sem" Partido – 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

REVOREDO, Óscar. La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances. Lima: **Conferencia Episcopal Peruana**. 1998. Disponível em: https://tinyurl.com/y3zj8pv8 Acesso em: 14 dez. 2022.

SAUNTSON, Helen e BORBA, Rodrigo. Silence and Sexuality in School Settings: A Transnational Perspective. To appear in Stern, Julien; Walejko, Malgorzata; Sink, Christopher; Ho, Wong (eds.). **The Bloomsbury Handbook of Solitude, Silence, and Loneliness**. London: Bloomsbury. 2021 Disponível em: https://www.academia.edu/43062579/Silence_and_sexuality_in_school_settings_A_transnational_perspective. Acesso em: 30 set. 2021.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis, 2015.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

SCHOOYANS, Michel. **L'Évangile face au Désordre Mondial**. Paris: Fayard. 1997.

VATICANO. **Famiglia, Matrominio e "Unioni de Fatto**". 2000. Disponível em: https://tinyurl.com/ohgrees. Acesso em: 14 dez. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educação e Pesquisa, v. 41, p. 791-806, 2015.

VITAL, Christina.; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2013. Disponível em: Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/105657 e https://www.academia.edu/42810558/Religi%C3%A3o_e_Pol%C3%ADtica_uma_an%C3%A1lise_da_atua%C3%A7%C3%A3o_de_parlamentares_evang%C3%A9licos_sobre_direitos_das_mulheres_e_de_LGBTs_no_Brasil

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index